

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 537.145 - SP (2019/0296200-6)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
BENNO BUCHMAN - SP210745
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : MARCIO DA SILVA PINTO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de MÁRCIO DA SILVA PINTO no qual se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (Apelação n. 0010679-34.2015.8.26.0099).

Depreende-se dos autos que o paciente foi, em primeiro grau de jurisdição, condenado à pena de 7 anos e 6 meses de reclusão, em regime inicialmente fechado, e ao pagamento de 18 dias-multa, pela prática do delito tipificado no art. 157, § 2º, I, II e V, do Código Penal, tendo em vista que, em concurso com outros concorrentes elencados na inicial acusatória, (e-STJ fls. 62/63)

[...] com unidade de desígnios, mediante grave ameaça, exercida com arma de fogo e com restrição da liberdade das vítimas, subtraíram para si ou para outrem, coisa alheia móvel, no caso 01 (uma) carteira da Porto Seguro de convento odontológico; 01 (um) par de tênis, da marca OKer; 03 (três) cartões bancários, dos bancos CEF, Itaú e Bradesco; 01 (uma) carteira de identidade em nome de Bartolomeu Gouveia de Uma; 01 (uma) carteira nacional de habilitação em nome de Bartolomeu Gouveia de lima; 01 (um) CRILV de veículo; 01 (um) óculos, de marca RayBan; 01 (uma) carabina de pressão; 01 (um) rádio comunicador, da marca Motorola; 03 (três) celulares, das marcas Apple, Samsung e Motorola; 02 (dois) coletes balísticos, da marca Tampex; 01 (uma) carabina. nº A378374, marca C.Z., calibre 22. com 100 cartuchos íntegros; 01 (uma) espingarda, nº 51404, marca Boito, calibre 12, com 02 cartuchos íntegros; 01 (uma) espingarda, nº A20627, marca Benelli, calibre 12; 01 (uma) pistola, nº 166361, marca Wilther, calibre 765, com 30 cartuchos íntegros; 01 (uma) pistola, nº J29155. marca Taurus, calibre 765; 01 (um) revólver, nº HM 885604, marca Taurus, calibre 38, com 15 cartuchos íntegros; 01 revólver, nº 1787440, marca Taurus, calibre 38; 01 (uma) arma, nº J011507, marca Kossi, calibre 38, com 20 cartuchos íntegros, todos pertencentes às vítimas Bartolomeu Gouveia de Lima, Alessandro Patrocínio Moraes, Laís Cassaro Vechin, Arthur Vicintin Neto e Marcelo Moraes Valentin.

Interposta apelação, os desembargadores da 16ª Câmara de Direito

Superior Tribunal de Justiça

Criminal do Tribunal de Justiça negaram provimento ao recurso (e-STJ fls. 18/30).

Recebeu o acórdão esta ementa (e-STJ fl. 19):

Apelação. Roubo majorado por concurso de diversos agentes, emprego de armas de fogo e restrição de liberdade de três vítimas por cerca de cinco horas, no interior de uma fazenda. Sentença condenatória. Insurgência defensiva. Autoria e materialidade do delito comprovadas. Acervo probatório documental, incluindo informações relativas às interceptações telefônicas realizadas, corroborado pelos depoimentos firmes e coerentes prestado pelas vítimas e por testemunhas em juízo. Número do aparelho celular do réu Márcio, ademais, que constou na lista elaborada pela companhia telefônica acerca dos aparelhos que estavam na região dos fatos no momento do crime. Majorantes sobejamente demonstradas. Condenação e cálculo de pena mantidos. Básica fixada no piso. Aumento de pena decorrente das majorantes na fração proporcional e razoável de 1/2, considerando as graves peculiaridades do caso. Regime inicial fechado. Concurso formal de delitos, em vista da lesão a diversos patrimônios distintos, com exasperação de pena na fração de 1/4. Recurso improvido.

Neste writ, a Defensoria Pública aponta constrangimento ilegal decorrente do cálculo dosimétrico e da imposição do regime prisional fechado.

Alega o indevido aumento da pena acima do mínimo legal na terceira fase de aplicação da pena, invocando, para tal, a Súmula n. 443 desta Corte.

Ressalta, também, ausência de fundamentos idôneos para a fixação do regime mais gravoso, notadamente, diante do *quantum* da pena definitivamente aplicada e de as circunstâncias judiciais serem todas favoráveis ao réu, tanto que a reprimenda básica foi estabelecida no patamar mínimo.

Afirma que a gravidade em abstrato do delito, por si só, não justifica a manutenção do regime inicialmente fechado para cumprimento da sanção, o que vai de encontro ao disposto nas Súmulas n. 718 e 719 do Supremo Tribunal Federal e 440 desta Casa, e está em desacordo com o art. 33, §§ 2º, "c", e 3º, do Código Penal.

Dessa forma, requer, liminarmente, a determinação de que o paciente permaneça em regime semiaberto até o julgamento definitivo deste *habeas corpus*. No mérito, postula *"que o aumento de pena aplicado na terceira fase da dosimetria ocorra na fração mínima de 1/3 (um terço), à míngua de fundamentos idôneos que justifiquem maior grau de exasperação da reprimenda. Em igual oportunidade, se faz necessária a*

Superior Tribunal de Justiça

fixação do regime inicial semiaberto para desconto da sanção corporal, em razão do montante punitivo atribuído ter resultado inferior a 08 (oito) anos e pela favorabilidade de todas as circunstâncias judiciais ao paciente, com fulcro no artigo 33. 52º. "b". do Código Penal" (e-STJ fl. 16).

É, em síntese, o relatório.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

Não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos para verificar a existência de constrangimento ilegal.

Ademais, o pedido liminar confunde-se com o próprio mérito da irresignação, o qual deverá ser apreciado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo deste processo.

Ante o exposto, **indefiro a liminar.**

Solicitem-se informações ao Tribunal *a quo*, ressaltando-se que esta Corte Superior deverá ser noticiada de qualquer alteração no quadro fático atinente ao tema objeto deste feito.

Requeira-se, ainda, senha para acesso aos andamentos processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do Conselho Nacional de Justiça.

Após, dê-se vista dos autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 02 de outubro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO

Relator

